

humanitas

Vol. XLIII-XLIV

IMPrensa DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA
COIMBRA UNIVERSITY PRESS

FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA
INSTITUTO DE ESTUDOS CLÁSSICOS

HUMANITAS

VOLS. XLIII-XLIV

HUMANISMO PORTUGUÊS
NA ÉPOCA DOS DESCOBRIMENTOS

CONGRESSO INTERNACIONAL
(Coimbra, 9 a 12 de Outubro de 1991)

ACTAS



COIMBRA

MCMXCI - MCMXCII

LUZ E PENUMBRA NA LITERATURA HUMANISTA DOS DESCOBRIMENTOS

CARLOS ASCENSO ANDRÉ

Não me temo de Castela
donde guerra inda não soa,
mas temo-me de Lisboa,
que ó cheiro desta canela
o reino nos despvoa.

(*Sá de Miranda*)

Palavras de poeta, de quem pertence à classe que a história muitas vezes relega para segundo plano. Pelo menos, a história dos factos.

Palavras que convêm à antecâmara desta evocação, não da odisseia factual, das terras descobertas, das viagens – mas dos que tomaram por ofício, em vez da arte de navegar, a arte de escrever.

Os factos, reais e despidos de fantasia, podem falar-nos com segurança dos seus antecedentes, consequências, significado; das suas causas e, até, das funções.

A arte, quando questionada, fala-nos de si própria, sem certezas. A arte, jamais a esgotaremos.

Suspense de uma enorme parede, no museu do Louvre, protegido do clima, das luzes dos *flash*, iluminado pelo efeito de projectores, um retrato pintado – chamam-lhe Gioconda, Mona Liça. Leonardo da Vinci, homem da ciência, mas também da arte, o pintou. Buscam-lhe, uns, a identidade, outros o traço, outros a data; uns quantos o motivo, outros ainda o destino, alguns a mistura das cores. Ninguém resolveu o problema do sorriso misterioso e do olhar enigmático que atravessou séculos, insensível ao espanto de quantos o perscrutam. É essa a função da arte. E, por isso mesmo, da literatura.

Que temia Sá de Miranda, o poeta do Neiva, na sua frontalidade? A expansão? As consequências?

Seria um caso isolado? Ou parte de um coro nacional?

Hão-de responder-me que basta lembrar *Os Lusíadas* para negar que esse fosse um juízo corrente entre os nossos homens de letras de Quinhentos. Apesar de algumas leituras que tentaram subvertê-lo, Camões é o cantor da expansão e como tal foi lido ao longo dos séculos pelos Portugueses e pela Europa.

Aparente contradição? Qual a expressão mais próxima do pensamento literário desta época?

Olhemos aos primeiros relatos, mais factuais que artísticos: são as crónicas, onde Gomes Eanes de Zurara assume lugar de destaque.

Investido na função de cronista oficial, enaltece a expansão em terras de África. O discurso historiográfico a que nos habituara Fernão Lopes torna-se panegírico, exaltado, individualista.

As palavras endereçadas ao Infante D. Henrique representam a heroicização do ideólogo primeiro dos Descobrimentos e parecem mais registo épico que descrição de um cronista:

Ja quisera fazer fim deste capitollo, se nõ vira v̄jr a multidõ dos nauyos cõ as vellas altas, carregados das Islhas que tu pouoaste no grande mar occyano, braadando que os aguardasse, ca me queryam mostrar como nõ deuyam ficar fora do registo daquestes. E mostrarõme suas grandes abogayrias, e os seus valles todos cheos daçucar, de que espargiam muyto pello mundo. E trazyam por testemunho da sua grande abastança todollos moradores do Regno do Algarue. Pregũta, disserom elles, quando souberom estas gentes que cousa era auondança de pam, senõ depois que o nosso principe pouohou as Ilhas desertas, em que nõ auya outra pouohaçõ senom allymaryas monteses! E mostrarõme as grandes filhas das colmeas, cheas dẽnxames; de que trazẽ grandes carregas de mel e de cera pera o nosso Regno; e as grandes alturas das casas, que se vãao ao ceo, que se fezerom e fazem com a madeira daquellas partes.⁽¹⁾

Para Zurara a expansão assentará em cinco motivos essenciais: o conhecimento da costa africana; o comércio com os Cristãos de África; a verificação do real poderio dos infiéis; a busca de auxílio entre os hipotéticos cristãos que habitavam tais paragens; a evangelização.

(1) *Crónica dos feitos notáveis que se passaram na conquista da Guiné por mandado do Infante D. Henrique*. Introd. e notas de Torquato de Sousa Soares. Lisboa, Academia Portuguesa de História, 1978, pp.22-23.

Era já o despontar de uma consciência épica que mais tarde viria a acentuar-se. Portugal rivalizava com o império romano na coragem, no poder bélico, na sede de império, na capacidade de reinar em múltiplas latitudes e diversificadas longitudes a partir de um diminuto centro capital.

Zurara é um exemplo, entre muitos, de um espírito com adeptos além-fronteiras:

Flávio Biondo e Ângelo Policiano manifestaram a D. João II a vontade de cantar em latim a epopeia dos Descobrimentos; antes destes, Mateus Pisano havia escrito a primeira obra em latim sobre a expansão, o *De bello Septensi*, a partir do relato de Zurara; Frei Giusto Baldino, de quem nada nos chegou, sucede-lhe no cargo e no intento. O cardeal Pedro Bembo divulga, depois, a *História do novo mundo descoberto pelos Portugueses*, e o humanista escocês George Buchanan dedica alguns epigramas a grandes vultos da nossa história e aos nossos reis⁽²⁾; Jerónimo de Brito escreve sobre Lisboa, capital do comércio europeu ao tempo das navegações. Enfim, fora do mundo da literatura encontramos entre os relatos de viagens inúmeras referências à acção das nossas caravelas em costas africanas e indianas: Giovanni Battista Ramusio reuniu preciosos documentos dos italianos que mercadejaram com os Portugueses, e o comerciante italiano Ca' da Mosto é um exemplo paradigmático desse género de narrativas e fonte preciosa para quantos querem estudar em pormenor os Descobrimentos. E não terá sido sem intenção que Thomas More escolhe um marinho português para interlocutor da *Utopia* ⁽³⁾.

Há também os que, sem ter chegado a contactar com Portugal, se sentiram igualmente atraídos pelo tema. Um deles é o "Virgílio cristão", o poeta novilatino

(2) Vd. por exemplo o epigrama a D. João III, a propósito do *Commentarius de rebus in India apud Dium gestis*, de Diogo de Teive (A. C. RAMALHO, *Latim renascentista em Portugal*. Coimbra, Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos - Instituto Nacional de Investigação Científica, 1985, pp.178-179).

(3) L. MATOS, "L'expansion portugaise dans la littérature latine de la Renaissance": *L'Humanisme Portugais et l'Europe - Actes du XXIe. Colloque International d'Études Humanistes, Tours, 3-13 juillet 1978*. Paris, Fondation Calouste Gulbenkian - Centre Culturel Portugais, 1984, p.398. Luís de Matos foi o autor que, até hoje, melhor estudou a presença da expansão portuguesa na literatura latina do Renascimento e Humanismo; primeiro, na sua dissertação de doutoramento, *L'expansion portugaise dans la littérature latine de la Renaissance* (Paris, 1959; publicada recentemente - Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1991); depois, no trabalho acabado de citar. A ambos se devem muitas informações que serviram de base ao presente estudo, nem sempre devidamente mencionadas em nota. Quanto à presença da expansão na literatura portuguesa, continua válido o volumoso contributo de H. CIDADE, *A literatura portuguesa e a expansão ultramarina*, Coimbra, Arménio Amado Editor, Sucessor, 1963-1964 (2 vols.).

João Baptista Mantuano. Poucos contactos manteve com o nosso país; mas num poema endereçado ao rei "da Lusitânia", canta assim:

Ad Lusitaniae seu Portugalliae regem

*Quid tibi, supremis cui Lusitana sub astris
imperia, hos tantos nitar suadere paratus?
Nil opus est: tu sponte uenis, tua circuit orbem
classis, et ignoti sulcat longinqua profundi
aequora transiliens nullis uada cognita nautis.
Et bella geris, cunctisque sedentibus unus
per maris Oceani fluctus naualia soluis.
Primus ad antipodum submersas aequore gentes
uelificas adigens subter caua Tartara proram.
[.....]
Hanc superi docuere uiam Nilotica ad arua,
ad Nabataeorum fines, ad Persidis oram.
Hoc iter insolitum Ganges audiuit et Indus
terraque longinqui priscis ignota Cathaii.
[.....]
Iamque uocant regna illa fidem, cupiuntque doceri
orgia nostra. Deus, cunctis ex gentibus unam
iam factururus, iter pandit quo iungere possit
ortus et occasus facili commercia nixu.
Iam Colocutenses, gens nostro incognita mundo
hactenus, accipiunt leges et uiuere Christum
incipiunt, mercesque nouas ad Iberica portant
litora, mirati quae nec superesse putabant
arua, domos, habitu cultas et moribus urbes.*

Ao rei da Lusitânia ou Portugal

Para quê tentar convencer-te a esta tamanha cruzada,
a ti que elevas o poder lusitano ao mais alto dos astros?
Não é necessário: tu vens espontaneamente, tua armada dá volta
ao orbe e sulca as longínquas planuras do profundo ignoto,
passando além das águas não sabidas de nenhuns marinheiros.
E já aí promoves a guerra; e, enquanto todos continuam sentados,
és o único a soltar tuas naus através das vagas do mar Oceano.

És o primeiro a velejar até aos povos banhados pela líquida planura
dos antípodas, fazendo descer a proa às concavidades do Tártaro.

[.....]

Foram os deuses que ensinaram esta via que leva aos campos do Nilo,
às fronteiras dos Nabateus, às regiões da Pérsia.

Deste insólito caminho ouviram falar o Ganges e o Indo
e a terra do longínquo Cataio, dos antigos desconhecida;

[.....]

E já esses reinos pedem a fé e desejam que lhes ensinem
os nossos mistérios. Já Deus, na intenção de fazer de todos os povos
um só, abre um caminho por onde possa ligar,
com fácil esforço, o comércio do Oriente e do Ocidente.

Já os Calecutenses, gente ainda desconhecida do nosso mundo,
recebem as Leis e começam a viver a doutrina de Cristo,
e trazem mercadorias novas para os portos ibéricos,
maravilhados com os campos, as casas e as cidades de esmerada
civilização e costumes, que eles nem imaginavam que pudessem existir.⁽⁴⁾

Por isso, se a arrogância e xenofobia de alguns os levam a denegrir, menosprezar ou apenas omitir tais façanhas, logo suscitam a contestação dos mais prestigiados portugueses. Assim surgem os *disceptatiuncula* de Damião de Góis contra o bispo italiano Paulo Jóvio que pretendia minimizar a importância dos Descobrimentos, e também, do mesmo autor, as críticas a Sebastião Münster por motivo semelhante. Damião de Góis – não o esqueçamos – era, talvez, o humanista de maior renome além-fronteiras e o mais familiarizado com o mundo culto do seu tempo. Quanto a Paulo Jóvio, ao omitir qualquer nome português nos *elogia* de homens ilustres, desencadeou nova contestação, desta feita do judeu português Diogo Pires⁽⁵⁾.

De todos quantos mantiveram uma relação intensa com a cultura portuguesa merece especial atenção Cataldo Parísio Sículo, pelo largo tempo que passou entre nós e pela acção que desenvolveu em Portugal. A ele se deve o primeiro poema de feição épica, em latim, sobre um feito de guerra português; dedicou-o à conquista de Arzila e Tânger por D. Afonso V e por isso lhe chamou *Arcitinge*. Visa glorificar as campanhas no Norte de África e adular D. João II que se destacara na conquista, ao

(4) Texto e tradução apud S. T. PINHO, "Turcos, Árabes e Descobrimentos na voz do Virgílio Cristão: comentário a um poema de Baptista Mantuano": *Congresso Internacional Bartolomeu Dias e a sua época. Actas*. Porto, Universidade do Porto — Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1989, vol. IV, pp.135-163.

(5) Carta a Paulo Jóvio, ms. da Biblioteca de Modena, *Fondo Estense, Est. Lat.* 174 (Alpha 06,15).

tempo em que era apenas príncipe herdeiro. É evidente a intenção de comparar os Portugueses aos Romanos:

*Eia age, Musa, precor, saltem nunc illa canamus
proelia quae Alfonsus, rex inuictissimus, olim
gessit in infidos populos Poenosque feroces
quos non magna suis Romana potentia uicit
uiribus, indomitum quamuis pacauerit orbem.*

Eia, pois, Musa, por favor, cantemos ao menos agora os combates famosos que o invictíssimo rei Afonso outrora travou contra os povos infiéis e os africanos ferozes, a quem o grande poder romano, com toda a sua força, não venceu, embora tivesse pacificado o mundo insubmisso.⁽⁶⁾

E numa oração que deveria ser pronunciada perante D. Manuel, em Santarém, enaltece uma vez mais a obra de expansão:

Emmanuel rex, non minus sapientissimus quam potentissimus, non minus sanctissimus quam caesarissimus, in tam iuuenili aetate sua prudentia nouum adinuenit orbem, nouas gentes, noua commercia. Tot milibus passuum ultra extremam Indiam nauigans suae dititionis posuit terminum. Neque pudet me idem saepe ratione urgente repetere. Orientem tandem coniunxit occidenti. Idque in totius christianitatis commodum et augmentum fecit, multos prauae sectae homines ad fidem catholicam conuertendo.

O rei Manuel, não menos sapientíssimo do que poderosíssimo, não menos sacratíssimo do que cesaríssimo, em idade tão jovem, com a sua prudência, descobriu novo mundo, novas gentes, novos comércios. Navegando tantos milhares de passos para além do extremo da Índia, fixou o termo do seu domínio. E não tenho pejo de repetir isto mesmo muitas vezes, por força da razão: ligou finalmente o oriente ao ocidente. E isto fê-lo para benefício e aumento de toda a cristandade, convertendo à fé católica muitos homens de religião errada⁽⁷⁾.

Não se quedou por aqui a obra de Cataldo no engrandecimento da gesta lusa. Do seu ensino saíram diversos discípulos que prosseguiram na mesma senda.

Entre eles, o conde de Alcoutim, D. Pedro de Meneses, a quem coube, ainda na juventude, com menos de vinte anos, proferir a oração de sapiência na abertura solene das aulas na Universidade de Lisboa, em 1504.

(6) Fixação de texto e tradução de A. C. RAMALHO, *Latim renascentista em Portugal*, cit., pp.64-97, vv.81-85.

(7) Vd. CATALDO PARÍSIO SÍCULO, *Dois orações*. Ed. M. M. B. SILVA e A. C. RAMALHO, de onde se extraiu o presente fragmento e respectiva tradução.

Não restam dúvidas de que o texto do discurso tem a mão do mestre italiano. Além de fazer o elogio das disciplinas, dos professores e do rei, o conde de Alcoutim lamenta a inexistência de Homeros e Titos Lívios para escreverem a história portuguesa. Sugere que a função seja confiada a um estrangeiro (decerto a pensar em Cataldo); alude à expansão, à evangelização dos gentios, menciona o nosso contributo para o fortalecimento da economia europeia. Afirma, a dado passo, dirigindo-se a D. Manuel:

Accedunt ad tantam laudis gloriaeque tuae propagationem Portugalenses tui, qui se eo animo, ea fide, ea fortitudine in sui domini rebus praesertim bellicis gerunt, ut priscum illum Romanorum uigorem ardentissime ubique prae se ferant.

Vêm juntar-se a tão grande divulgação do teu louvor e glória os teus portugueses, que se conduzem com tal galhardia, lealdade e fortaleza nas coisas de seu senhor, sobretudo guerreiras, que por toda a parte revelam, com o maior entusiasmo, aquele vigor antigo dos Romanos.⁽⁸⁾

E conclui com sabor épico:

In rebus enim tam Africani quam Asiaticis non unum, sed plures inuenient Achilles, Hectores, Epaminondas, plures Decios, plures Scipiones, Marcellos, Camillos [.....] Et certe si tales scriptores quales Roma et Graecia, cum florebant, habuerunt, gens nostra aliquando fuisset nãcia, non minori studio laudeque legerentur, quam ii ipsi quos nominauit leguntur.

Nas acções, tanto da África como da Ásia, hão-de encontrar não um, mas vários Aquiles, Heitores, Epaminondas; vários Décios, vários Cipiões, Marcelos, Camilos [...] E se o nosso povo tivesse um dia encontrado tais escritores quais os de Roma e da Grécia no seu apogeu, ler-se-ia a respeito dele com não menos interesse e louvor do que se lê a respeito desses que nomeei.⁽⁹⁾

Os Descobrimentos, de resto, eram quase lugar-comum na oratória humanista.

Desde logo nas orações de obediência, onde constituíam, por assim dizer, ingrediente natural. Ficaram famosas, entre outras: a de Vasco Fernandes de Lucena a Inocêncio VIII, em 1485, que refere a conquista de Ceuta, a descoberta dos Açores e de Cabo Verde, as viagens de Diogo Cão; a do bispo D. Garcia de Meneses, proferida em 1481 diante do Papa Sixto IV, em nome de D. Afonso V, a quem chama "doma-

(8) *Epistolae Cataldi secunda pars*, fl. Eijv^o. Tradução de A. C. RAMALHO que estudou o texto em "A oração de sapiência do conde de Alcoutim": *Estudos sobre a época do renascimento*, Coimbra, Instituto de Alta Cultura — Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos, 1969, pp.78-82. O texto integral, com tradução portuguesa, foi também publicado em D. PEDRO DE MENESES, *Oração proferida no Estudo Geral de Lisboa*, Lisboa, Instituto de Alta Cultura — Centro de Estudos de Psicologia e de História da Filosofia, 1964.

(9) *Epistolae Cataldi secunda pars*, fl. Eijv^o.

dor de "África", depois de narrar em tom laudatório a conquista de Arzila e Tânger; e também as de Diogo Pacheco, em 1505 e, depois, em 1514, respectivamente diante dos papas Júlio II e Leão X. Estes dois são os primeiros discursos voltados para o Oriente, consumada a descoberta da Índia por Vasco da Gama; por isso suscitam a curiosidade com o ouro de Sofala, de Quíloa, de Melinde, de Cananor, de Cochim, e o exotismo de Malaca e Ceilão⁽¹⁰⁾.

Poderíamos acrescentar a oração que Francisco Álvares pronunciou diante de Clemente VII em nome do Preste João da Abissínia e ainda as cartas dirigidas por monarcas portugueses ao romano pontífice a dar conta das descobertas e conquistas no Oriente⁽¹¹⁾. Era o espírito da epopeia que pouco a pouco se desenhava.

Mas também as orações de sapiência versavam, ainda que marginalmente, o assunto. Além de D. Pedro de Meneses celebram de modo encomiástico a expansão António Luís, em 1539, Belchior Beleago, em 1548, e, em particular, André de Resende, no Colégio das Artes, em Coimbra, em 1551.

Resende enaltece, primeiro, a obra de evangelização:

Propagatam quoque longe gentium abditissimas terras, etiam ante hoc tempus ignoratas, Dei opt. max. notitiam, ut tametsi eae gentes huius auspiciis nostris armis deuictae sint, earum tamen inter fuerit ita uinci, bonoque illis sit seruitutem eam perpeti, quae in ueram animorum adserat libertatem, positoque foedissimo simulacrorum cultu, ac daemonum obiecto iugo, quae obligatae atque detentae superstitione turpissima conflictabantur, iam caelum spectant, iam omnium rerum parentem agnoscunt, sancteque uenerantur.

E também se propagou, ao longe, até às remotíssimas terras dos gentios ainda anteriormente desconhecidas, o conhecimento de Deus infinitamente bom e onipotente, de forma que, embora, segundo os seus desígnios, estes povos tenham sido vencidos, contudo lhes foi proveitoso serem assim vencidos e um bem para eles sujeitarem-se a uma servidão que os leve à verdadeira liberdade das almas, e agora, uma vez abandonado o culto tão vergonhoso dos ídolos e sacudido o jugo do demónio com que esses povos ligados e acorrentados eram atormentados pela superstição mais degradante, já levantam os olhos para o céu, já conhecem o Criador de todas as coisas e O veneram santamente⁽¹²⁾.

E, depois, exalta os feitos bélicos:

(10) L. MATOS, "L'expansion portugaise dans la littérature latine de la Renaissance", cit., pp. 405-407. Quanto à oração de D. Garcia de Meneses, vd. A. C. RAMALHO, *Latim renascentista em Portugal*, cit., pp.2-25 (texto e tradução integrais).

(11) L. MATOS, "L'expansion portugaise dans la littérature latine de la Renaissance", cit., p.407.

(12) Cit. de *Oração de André de Resende pronunciada no Colégio das Artes em 1551*. Reprodução facsimilada, leitura moderna, tradução e notas de G. P. Domingues, pp. 39-40 (texto) e 62-63 (tradução).

...Indici, Carmanicique triumphi in mentem ueniant, ii, inquam, debellatos non ita pridem reges potentissimos, belicosissimas nationes iugo pressas, Turcarum pestiferam gentem et unis omnium Christianorum Lusitanis infensissimam, toties illic ad internicionem caesam...

...recordem-se dos triunfos da Índia e da Carmânia; lembrem-se ainda dos reis tão poderosos há pouco vencidos, dos povos tão belicosos subjugados, da raça maldita dos Turcos, inimiga feroz dos Portugueses mais do que qualquer dos povos cristãos, tantas vezes aí exterminada e destruída...⁽¹³⁾

Outras manifestações merecem evocação. Os que não entoavam com a pompa do discurso ou a beleza do canto os louvores da pátria, nem por isso deixavam de descrever em simples prosa narrativa, em português ou em latim, os factos mais salientes.

Lembremos Pero Vaz de Caminha e a "carta do achamento do Brasil", as descrições de Pero de Magalhães Gândavo sobre a costa brasileira, a obra de Garcia da Orta, plena do exotismo directamente apreendido na Índia e recheada de riquíssimas informações sobre a flora estranha das terras longínquas.

E também os humanistas Jerónimo Osório e as curiosas referências à China no tratado *De gloria* ou no *De rebus Emanuellis gestis*, André de Resende e a *Epitome rerum gestarum in India a Lusitanis*, Duarte Pacheco Pereira, cujo *Esmeraldo de situ orbis* simboliza o espírito renascentista português, a descrição de paisagens orientais na obra poética de Fernão Álvares do Oriente.

Lugar de realce merecem Diogo de Teive e a narrativa do segundo cerco de Diu, ocorrido em 1546 – *Commentarius de rebus apud Diu gestis* –, e Damião de Góis, a quem ficaram a dever-se inúmeros escritos sobre acontecimentos directa ou indirectamente ligados à expansão portuguesa: a *Legatio imperatoris Presbyteri Ioannis*, de 1532, com múltiplas informações sobre a vida, riquezas e religião dos etíopes; os dois comentários sobre ambos os cercos de Diu (1538 e 1546); a *Fides, religio moresque Aethiopum*, ainda sobre a religião e costumes da Etiópia, publicada em Lovaina em 1540; a descrição da cidade de Lisboa ou *Vrbis Ulisiponis descriptio*, que pretende dar da capital portuguesa um retrato susceptível de interessar a Europa – metrópole comercial, cidade herdeira de grandioso passado grego e romano, de economia florescente; para não falar na *Crónica de D. Manuel*, em português, onde descreve os maiores feitos do rei "venturoso"⁽¹⁴⁾.

(13) Ibidem, pp. 42 e 66.

(14) L. MATOS, "L'expansion portugaise dans la littérature latine de la Renaissance", cit., pp.415-416. Sobre estas e outras obras de Damião de Góis, vd. J. B. MACEDO, op. cit.

A enumeração, no entanto, é bem mais longa:

Aquiles Estaço, além de proferir diversas orações de obediência em Roma, em nome dos monarcas portugueses, cujos feitos em terras de África e Ásia enaltece⁽¹⁵⁾, celebra em tom épico as proezas do infante D. Luís na conquista de Tunes, ao lado dos exércitos de Carlos V, em 1530, e não tem pejo em declarar que este seu canto é, por isso, maior que Virgílio e Homero – *Haec quoque Vergilio res est et maior Homero*⁽¹⁶⁾. As imagens da expansão, no entanto, ocupam espaço reduzido no *Eucharisticon ad Dominum Ioannem a Portugallia*, endereçado a D. João III⁽¹⁷⁾.

Os feitos de D. Luís ao lado de Carlos V inspiraram também versos de Manuel da Costa no *De nuptiis Eduardi atque Isabellae carmen*, de 1542⁽¹⁸⁾, e palavras elogiosas de Mestre João Fernandes, em oração de 1548⁽¹⁹⁾ que, além de enaltecer a coragem do príncipe, refere de modo encomiástico o soberano e *deuictas tam longe positas in alio orbe gentes et apertum post tot saecula iterum Hispaniensibus nauibus oceanum*, isto é, "os povos vencidos, em partes tão longe colocadas, no outro lado do mundo, e também o oceano aberto, depois de tantos séculos, pelas naus hispânicas"⁽²⁰⁾. E, quase a encerrar o discurso, o mestre conimbricense apela a feitos ainda mais gloriosos:

(15) Por exemplo em 1560, a Pio IV, e em 1574, a Gregório XIII, ambas em nome de D. Sebastião. Nesta última evoca os cercos de Goa e de Chaul e a resistência heróica dos portugueses. Na primeira sublinhava a grandeza do rei português com a inveja do próprio Grão-Turco: *Inuidet et nostrorum fortunam ferre non potest Solymanus, terra marique numerosissimis et infestissimis in nos barbarorum immissis copiis, uictus, fusus, fugatus, nostrorum uirtuti non modo cessit et uiribus, sed minus iam audet longe libereque uagari; de sui finibus imperii laborat, quos fieri nostrorum uictoriis uidet in dies angustiores* – «Inveja-nos Solimão e a nossa fortuna não é capaz de suportar. Numerosíssimas e encarniçadíssimas hordas de bárbaros por terra e por mar lançou contra nós; mas vencido, desbaratado, posto em fuga, não só se retirou perante o nosso valor e as nossas armas, como já ousa menos aventurar-se tão longe e descuidadamente, e inquieta-se com as fronteiras do seu próprio império que vê tornarem-se pelas nossas vitórias cada dia mais apertadas.» (Vd. B. F. PEREIRA, *As orações de obediência de Aquiles Estaço*, Coimbra, INIC / Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos, 1991, pp. 82-83).

(16) *Ad clarissimum principem Lodouicum*, v.13. A elegia ao infante D. Luís faz parte das *Syluae aliquot una cum duobus hymnis Callimachi* (Paris, 1549), fl. Aijv^o.

(17) *Ibidem*, fls. Biiij sqq.

(18) Vd. JOÃO FERNANDES, *A oração sobre a fama da Universidade (1548)*. Prefácio, introdução, tradução e notas de J. A. OSÓRIO, Coimbra, Instituto de Estudos Clássicos, 1967, p.35, onde se transcrevem esses versos.

(19) *Ibidem*, pp.132-135.

(20) *Ibidem*, pp.130-131. Tradução de J. A. OSÓRIO.

Quare, agite, uiri Lusitani, pristinam auorum uirtutem iterum ad uitam reuocate, Africam, Indiam, et tam longe sepositas gentes uincite, et in formam prouinciae reuocate.

Nascantur iterum Menesii, Noronii, Cotinii, et alia gentius uestrae lumina in Turcas, in Cambaios, inque uniuersi Christi euangelii hostes, Castri et Mascarenii res supra omnem fidem gerant. Excitetur rursus Diensis arx, quae prudentia, constantia et fortitudine omnes ubique res praeclare gestas superet.

Habetis hic oratores, qui uestra praeclara facinora orationis maiestate exornent et amplificent, poetas qui diuino carmine immortalitate consecrent, historicos qui uicturis chartis posteris transmittant. Agite, uiri Lusitani, templa dedicate, arces erigite, urbes munite, uias sternite, leges ferte, ad euangelii lucem barbaras gentes uocate et tandem liberos uobis dignos procreate.

Portanto, vamos, Lusitanos, chamai de novo a antiga virtude de vossos avós, a África, a Índia, as gentes tão longe desterradas, vencei-as e reduzi-as a províncias.

Que nasçam de novo os Meneses, os Noronhas, os Coutinhos e as outras estrelas da vossa raça, contra os Turcos, os Cambaios e contra inimigos de todo o Evangelho de Cristo. Que os Castros e Mascarenhas realizem prodígios acima do verosímil. Que se erga de novo a fortaleza de Diu, e que ela, pela sabedoria, perseverança e valentia ultrapasse tudo quanto com lustre guerreiro se fez em qualquer parte.

Tendes aqui oradores que adornem os vossos preclaros feitos com a majestade do discurso e os ampliem; poetas que os consagrem para a imortalidade com o canto divino; historiadores que em textos imorredouros transmitam às gerações futuras.

Vamos, Lusitanos, oferecei templos, erguei fortalezas, fortificai cidades, construí estradas, fazei leis, chamai para a luz do Evangelho as gentes bárbaras; enfim, gerai filhos dignos de vós.⁽²¹⁾

Idêntica atitude já antes tomara Martinho de Figueiredo, em carta a D. João III, de 1529, onde chama ao monarca "árbitro supremo desse quase outro mundo e o rei de muitos reis" – *alterius prope orbis moderatorem maximum regumque multorum regem* –, antes de encerrar a carta com um apelo ao próprio rei para que favorecesse "a glória, companheira da virtude", isto é, o aparecimento do justo canto de tão altos feitos⁽²²⁾.

O cristão-novo Diogo Pires compõe uma elegia em memória do primeiro cerco de Diu, o que demonstra a notoriedade do feito de António da Silveira ao desbaratar as tropas turcas comandadas por Solimão-Paxá. Já havia merecido a atenção, em prosa latina, de Diogo de Teive e de Damião de Góis; e neste último se baseou o judeu português exilado em Dubrovnik.

(21) Ibidem, pp.148-149. Tradução de J. A. OSÓRIO.

(22) Vd. A. C. RAMALHO, *Latim renascentista em Portugal*, cit., respectivamente pp. 140-141 e 144-145.

Lourenço de Cáceres, poeta de talento discutível, dedica alguns epigramas ao cerco de Azamor, onde enaltece a participação de D. Jaime, duque de Bragança, destinatário do seu *Epigrammaton libellus* (23). E canta o reinado grandioso de D. Manuel, senhor de Etfopes, Árabes, Persas.

António de Cabedo canta em epicéδιο os heróis caídos em Ceuta.

Diogo Mendes de Vasconcelos, ao entoar os louvores da cidade de Lisboa, proclama a grandeza do estuário do Tejo e do seu porto:

*Portu nobilitat sinum capaci,
ingentes gerit alueo carinas,
quae ponto dominantur et per undas
immensi Oceani uagantur, oras
Eoasque petunt bibuntque Gangem:
quas et Sol oriens uidet cadensque
et cum se medio sub axe librat,
miraturque parem suis quadrigis
cursum conficere, ut tibi potentes
submittant Arabum Indiaeque reges.*

Enobrece o seu estuário com um porto espaçoso, transporta no seu leito grandes navios que dominam os mares e vagueiam pelas ondas do Oceano imenso, chegam às praias do Oriente e bebem as águas do Ganges, navios que o Sol não só divisa ao nascer e ao pôr-se, mas também quando paira no meio do firmamento e se admira de realizarem percurso semelhante ao das suas quadrigas, a fim de submeterem a ti os poderosos reis da Arábia e da Índia.(24)

E mesmo Henrique Caiado, em Itália, nos finais do século XV, apesar de nunca se sentir atraído pela epopeia, não era alheio ao clima que se vivia nesse momento em Portugal. A sua poesia, particularmente a bucólica, como a de Virgílio,

(23) Salamanca (?), 1518 (?). Fac-simile editado por E. ASENSIO, com estudo prévio: *Boletim internacional de bibliografia luso-brasileira* 2.2 (1961)242-275.

(24) Fixação de texto e tradução de J. G. FREIRE, "Obra poética de Diogo Mendes de Vasconcelos": *Humanitas* 15-16(1963-64)86-91, vv.17-26.

deixa, por vezes, o ambiente pastoril em que devia movimentar-se e, como diz Claudie Balavoine, "abre-se à história"⁽²⁵⁾.

Justo é ainda referir as *Décadas*, iniciadas por João de Barros e continuadas por Diogo de Couto, a *História do Descobrimento e conquista da Índia*, de Fernão Lopes de Castanheda, os *Anais de D. João III*, de frei Luís de Sousa, as diversas crónicas de Rui de Pina e tantos outros tesouros da nossa historiografia, além das muitas obras e volumes de cartas divulgadas ou deixadas inéditas pelos padres da Companhia de Jesus, onde se destacam os seus feitos, mas sem obliterar a acção dos Portugueses. Especial relevo merece, neste âmbito, a obra do Padre Manuel da Costa, *Rerum a societate Iesu in Oriente gestarum ... commentarius*, editada em Dilingen, em 1571, e em Paris, em 1572.

Estamos perante um tema que há-de perdurar pelos tempos fora, mesmo depois dos sucessivos reveses sofridos em terras do Oriente. Nos códices manuscritos espalhados um pouco pelas principais bibliotecas do país, com realce para Lisboa, Coimbra e Évora, abundam poemas à expansão ou a feitos bélicos que ao longo dela foram tornando famosos os portugueses⁽²⁶⁾.

Os apelos à consciência épica não constituem, por isso, surpresa⁽²⁷⁾. Nem a reacção positiva que suscitaram em tantos escritores.

Citámos Cataldo e a *Arcitinge*. Poderíamos mencionar o padre José de Anchieta, apóstolo do Brasil e poeta novilatino, português não de nascimento, mas de formação, que cantou os feitos de Mem de Sá e a conquista do forte de Villegagnon, no Rio de Janeiro⁽²⁸⁾. Trata-se de um dos raros testemunhos da presença do Brasil em

(25) C. BALAVOINE, "Les *Églogues* d'Henrique Caiado: de la conquête poétique à la poésie des conquêtes": *L'Humanisme Portugais et l'Europe - Actes*, cit., pp.621-641, em especial pp. 632 sqq.

(26) Seria fastidioso enumerar aqui em pormenor as diversas colectâneas ainda inéditas onde podem encontrar-se poemas, uns identificados, outros anónimos, escritos em grande parte em latim, sobre assuntos variados. Entre os que provêm de exercícios escolares nos colégios de então, com realce para os jesuítas, e os que não serão mais que colectâneas de origem diversificada, contam-se por mais de duas dezenas, do século XVI ao século XVIII. Parte considerável encontra-se mencionada em S. T. PINHO, "Literatura humanista inédita do Colégio das Artes da Universidade de Coimbra no século XVI": *Universidade(s) — história — memória — perspectivas. Actas do congresso História da Universidade (no 7º centenário da sua fundação)*. Coimbra, 1991, vol. 4, 67-86.

(27) L. MATOS menciona muitos dos que fizeram ou sentiram esse apelo, especialmente no que toca a poetas e prosadores novilatinos; vd. "L'expansion portugaise dans la littérature latine de la Renaissance", cit., p.401.

(28) Coimbra, 1563.

canto épico, já que a terra de Vera Cruz permaneceu como uma espécie de parente pobre da expansão portuguesa, em termos de literatura⁽²⁹⁾.

Francisco de Andrade e *O primeiro cerco de Diu*, longo poema, de vinte cantos, impresso em 1589, é outro exemplo da tentação épica.

E, se avançarmos no tempo, podemos lembrar a *Chauleida*, sobre o cerco de Chaul, em 1570, publicada no século XVII por Diogo Paiva de Andrade.

Um dos mais significativos apelos saiu, como sabemos, da pena de António Ferreira, em carta ao cardeal D. Henrique⁽³⁰⁾, infante e regente:

*O bem nascido esprito e culto peito
mais deseja, mais quer, a mais alto voa,
mais glorioso propõe seu objeito.*

*À glória, à fama, à triunfal coroa
aspira, à alta trombeta e vivo canto,
em que no mundo o grande Aquiles soa.*

*Não há tão humilde esprito, não tão santo,
que não ame sua glória; e quem não pede
o louvor de suas obras tanto ou quanto?*

Ferreira chega a incitar contemporâneos seus, poetas conhecidos:

*Neste sejam cantados
altos reis, altos feitos;
costume-se este ar nosso à lira nova.
Acendei vossos peitos,
engenhos bem criados,
do fogo que o mundo outra vez renova.*

*Cada um faça alta prova
de seu esprito em tantas
portuguesas conquistas e vitórias,
de que ledo te espantas,
Oceano, e dás por nova
do mundo ao mesmo mundo altas histórias.⁽³¹⁾*

(29) L. MATOS, "L'expansion portugaise dans la littérature latine de la Renaissance", cit., p.412.

(30) *Poemas lusitanos*, 2.2.

(31) *Ibidem*, ode 1.1.7-18.

Como sabemos, Pedro de Andrade Caminha e Diogo de Teive, dois dos destinatários, não responderam favoravelmente ao apelo, talvez por falta do engenho essencial ao sopro épico.

Alguns ainda deixaram arremedos do que poderia ser o canto das glórias lusas em terras africanas e do Oriente, como Diogo Bernardes, ao cantar as proezas do conde de Atouguia e ao celebrar em soneto "os cabelos da barba de D. João de Castro" empenhados para resgate de Goa⁽³²⁾. E o próprio Camões, na poesia lírica, não enjeita, aqui e ali, o espírito épico, como em sonetos dedicados a D. Constantino e a D. Luís de Ataíde, vice-reis da Índia, a D. António de Noronha e a D. Henrique de Meneses, ou à sepultura de D. João III.

Voltemo-nos, pois, para os que se deixaram inflamar pelo sopro épico. De todos, é Camões que ocupa o primeiro lugar entre os cantores da expansão. É afirmação que não carece de prova, pois é assumida pelo próprio poeta, sem ambiguidades, ao anunciar o objecto do seu canto:

*As armas e os barões assinalados
que da ocidental praia lusitana
por mares nunca dantes navegados
passaram inda além da Taprobana,
e em perigos e guerras esforçados
mais do que prometia a força humana...*

*E também as memórias gloriosas
daqueles reis que foram dilatando
a Fé, o Império, e as terras viciosas
de África e Ásia andaram devastando;
e aqueles que por obras valerosas
se vão da lei da morte libertando...*⁽³³⁾

E continua:

*Que eu canto o peito ilustre lusitano,
a quem Neptuno e Marte obedeceram.*⁽³⁴⁾

(32) *Obras completas*. Liv. Sá da Costa, respectivamente vol. I, p.90 e vol. III, p.202.

(33) *Os Lusíadas*, 1.1-2.

(34) *Ibidem*, 1.3.5-6.

Confirma-o o rei dos deuses, Júpiter: para tranquilizar Vénus em relação ao futuro da viagem, o deus supremo proclama a coragem dos Portugueses e enuncia as façanhas que lhes estão destinadas; e também Vasco da Gama, quando começa a contar a história de Portugal ao rei de Melinde:

*Além disso, o que a tudo enfim me obriga
é não poder mentir no que disser,
porque de feitos tais, por mais que diga,
mais me há-de ficar inda por dizer.⁽³⁵⁾*

O gigante Adamastor, apesar da enumeração que faz das tragédias trazidas pelos Descobrimentos – naufrágios, doenças, chacinas –, tem também palavras de exaltação épica:

*[...] Ó gente ousada, mais que quantas
no mundo cometeram grandes cousas,
tu, que por guerras cruas, tais e tantas,
e por trabalhos vãos nunca repousas,
pois os vedados términos quebrantas
e navegar meus longos mares ousas...⁽³⁶⁾*

E o almirante sintetiza assim os motivos subjacentes às navegações, de que é, no momento, o protagonista principal – o combate ao infiel, a expansão em África, a evangelização – pouco distante, pois, do que Zurara referira na sua crónica:

*Não sofre o peito forte, usado à guerra,
não ter ímigo já a quem faça dano,
e assi, não tendo a quem vencer na terra,
vai cometer as ondas do Oceano.
Este é o primeiro rei que se desterra
da pátria, por fazer que o Africano
conheça pelas armas quanto excede
a lei de Cristo à de Mafamede.⁽³⁷⁾*

(35) Ibidem, 3.5.1-4.

(36) Ibidem, 5.41.1-6.

(37) Ibidem, 4.48.

Enfim, a exclamação do poeta no momento em que a armada chega a Calecut não é menos evidente; era a coroação do esforço dispendido, a satisfação pelo cumprimento de um dever, o direito adquirido a um lugar na galeria dos heróis:

*Vós, Portugueses, poucos quanto fortes,
que o fraco poder vosso não pesais;
vós, que à custa de vossas várias mortes
a lei da vida eterna dilatais:
assi do Céu deitadas são as sortes
que vós, por mui poucos que sejais,
muito fazeis na santa Cristandade.
Que tanto, ó Cristo, exaltas a humildade.*⁽³⁸⁾

Mas Camões parece, às vezes, interrogar-se sobre a legitimidade de tão alto louvor. Não nega, é certo, que muitos portugueses são dignos deste canto; não esconde a coragem guerreira, o valor dos feitos. Mas o desalento invade-o; uma sombra ofusca o brilho de tão altos merecimentos. Por exemplo, depois de encerrado o discurso de Vasco da Gama ao rei de Melinde:

*Às Musas agradeça o nosso Gama
o muito amor da pátria, que as obriga
a dar aos seus na lira nome e fama
de toda a ilustre e béliça fadiga;
que ele, nem quem na estirpe seu se chama
Calíope não têm por tão amiga,
nem as filhas do Tejo, que deixassem
as telas de ouro fino e que o cantassem.*⁽³⁹⁾

Camões, apesar de tudo, entrega-se ao seu projecto. Continuará a proclamar com "tuba sonora" as glórias dos seus compatriotas.

Mas "não há bela sem senão". A experiência diz-nos que a construção de um grande império tem custos, uma face negativa, que pode corroer o caminho da glória. O poder corrompe, a fama ofusca, a riqueza cega. Sabiam-no os Gregos, que apelavam constantemente à moderação. Não o respeitaram os Romanos que trilharam o caminho da degradação até à queda do império.

(38) *Ibidem*, 7.3.

(39) *Ibidem*, 5.97.1-4; 98-99.

Por isso, às vezes que clamavam contra a expansão, umas em murmúrio e sussurro, outras a erguer-se bem alto, também a essas Camões concedeu o direito de estarem presentes na sua epopeia.

O Velho do Restelo é um paradigma. Seria inútil reeditar aqui a velha contenda sobre a identificação de Camões-poeta com o *Velho venerando*, determinar se perfilhava a opinião desta sua personagem (ou de outras) ou as repudiava. Camões era poeta, não um teórico do regime. Olhemos, pois, o problema em termos literários, isto é, o que Camões canta e como o canta.

Ora, o poeta canta *o peito ilustre lusitano*. O Velho do Restelo era também parte desse peito ilustre; e, não o esqueçamos, a figura que nos areais de Belém vituperava a partida das naus é *um velho de aspecto venerando*, digno, portanto, de respeito; e mais: falava *c'um saber só de experiências feito*, isto é, obedecia ao paradigma do sábio renascentista. Se atentarmos, além disso, nas suas palavras, verificamos que se pautam pelo bom senso, sem marcas de exagero:

*A que novos desastres determinas
de levar estes reinos e esta gente?
Que perigos, que mortes lhes destinas
debaixo de algum nome proeminente?
Que promessas de reinos e de minas
de ouro, que lhe farás tão facilmente?
Que famas lhe prometerás? Que histórias?
Que triunfos? Que palmas? Que vitórias?*

[...]

*Deixas criar às portas o inimigo
por ires buscar outro de tão longe,
por quem se despovoe o reino antigo,
se enfraqueça e se vá deitando a longe!
Buscas o incerto e incógnito perigo,
por que a fama te exalte e te lisonje,
chamando-te senhor, com larga cópia,
da Índia, Pérsia, Arábia e Etiópia!* (40)

(40) *Ibidem*, 4.97 e 101.

O que se contesta não é a coragem, mas sim a ousadia, não o valor do empreendimento, mas os princípios de cobiça e ambição que lhe subjazem.

A história trágico-marítima antevista pelo Adamastor manifesta o alto preço que Portugal teve de pagar pela vitória. Outros passos do poema confirmam esta visão.

Após descrever as bandeiras pintadas com os rostos de que se fez a história portuguesa – os heróis, os guerreiros –, a voz de Paulo da Gama traça outro lado negativo do retrato: os portugueses do seu tempo deixaram-se enfraquecer, a riqueza ofuscou-os e não são já dignos dos antepassados que escreveram páginas gloriosas na história pátria:

*Outros muitos verias, que os pintores
aquí também por certo pintariam,
mas falta-lhe pincel, faltam-lhe cores,
honra, prémio, favor, que as artes criam.
Culpa dos viciosos sucessores,
que degeneram, certo, e se desviam
do lustre e do valor dos seus passados,
em gostos e vaidades atolados.* ⁽⁴¹⁾

Nem o próprio rei escapa; já no canto derradeiro, a propósito de Duarte Pacheco Pereira, o vice-rei cuja integridade e nobreza de carácter o fizeram vítima de intrigas na corte, para acabar os dias no esquecimento, alvo da ingratidão de um rei que tão bem servira, o poeta tem um desabafo:

*Isto fazem os reis cuja vontade
manda mais que a justiça e que a verdade.

Isto fazem os reis, quando, embebidos
nãa aparência branda que os contenta,
dão os prémios, de Aiace merecidos,
à língua vã de Ulisses fraudulenta.
Mas vingó-me, que os bens mal repartidos
por quem só doces sombras apresenta,
se não os dão a sábios cavaleiros,
dão-os a avarentos lisonjeiros.* ⁽⁴²⁾

(41) *Ibidem*, 8.39.

(42) *Ibidem*, 10.23.7-24.8.

E no final, depois de a viagem ter sido coroada de êxito, de os marinheiros terem obtido o justo prémio na prodigiosa e alegórica Ilha dos Amores, depois de lhes ter sido dado antever o futuro e as façanhas dos que depois deles honrarão na Índia o nome de Portugal, o poeta diz-se cansado. Cansado de cantar? Não, que do canto de glória não pode nascer fadiga. Cansado, sim,

*e não do canto, mas de ver que venho
cantar a gente surda e endurecida.
O favor com que mais se acende o engenho,
não no dá a pátria, não, que está metida
no gosto da cobiça e na rudeza
dãa austera, apagada e vil tristeza.*⁽⁴³⁾

Assim Camões leva ao fim o seu poema, temperando os versos de glória com a voz da crítica. Dir-se-ia que para o nosso épico a epopeia só tem valor se for, ao mesmo tempo, exaltação do passado e semente de futuro.

Legítimo? Perguntarão alguns. Camões era um homem do seu tempo e um herdeiro de tempos idos. E se Virgílio encerrara a *Eneida* com o retrato do herói a matar a sangue frio um inimigo prostrado e indefeso, se a luz que na epopeia de Roma ilumina o grande Augusto é, não raro, entrecortada por sombras densas, se o Aquiles de Homero estropiou cadáveres, como não havia Camões, homem e poeta, cantor e guerreiro, de traçar do seu tempo o retrato fiel, onde luz e sombra, glória e tristeza dão as mãos?

Sá de Miranda tinha, portanto, companhia nos seus clamores contra a expansão, ou uma visão parcial dela, que exprime amiúde em seus versos, com desassombro e frontalidade.

Confessa os seus temores a João Roiz de Sá de Meneses:

*Estes mimos indianos
hei gran medo a Portugal
que venhão fazer os danos
que Capua fez a Anibal,
vencedor de tantos anos.*

E na carta a António Pereira, de onde foram extraídos os versos no começo citados, acrescenta:

(43) *Ibidem*, 10.145.3-8.

*É entrada polos portos
no reino crara peçonha
sem que remédio se ponha.
Uns doentes, outros mortos,
outro polas ruas sonha.
Fez-nos a ousada avareza
vencer o vento e o mar,
vencer caje a natureza.
Medo hei de novo a riqueza
que nos torne a cativar.*

Sá de Miranda, homem da terra, apreciava os que a conquistaram palmo a palmo aos Mouros, os que ajudaram a construir a nacionalidade, os que se basearam apenas na coragem em tempos difíceis para construir a pátria de que se orgulhava. Desagradava-lhe a aventura pela aventura e, pior ainda, a aventura conduzida pela cobiça, pelo luxo, valores que os antigos desconheciam ou repudiavam. Assim diz a Fernão de Meneses:

*Verdade é que estes tempos não dão graça
aquela que soía dar no passado
que sair os não deixa tanto à praça,
teme-se de um imigo apoderado
da rezão, que só sonha Índia e Brasil,
té que cada um de lá torne dourado.
Lançou-nos a perder engenhos mil
e mil este interesse que haja mal,
que tudo o mais fez vil, sendo ele vil!*

E, porque se falou das contradições de Camões épico, convém referir que o lírico não procede de modo diferente. A Índia, é certo, não ocupa lugar substancial nesses versos, mas aqui e ali surgem alguns exemplos onde o comportamento dos Portugueses em terras de além-mar é posto a ridículo.

Exemplo claro é o da série de estrofes intituladas *Disparates da Índia*; aí os portugueses debilitados pelo luxo do Oriente, enleados na riqueza e na cobiça, são alvo de veemente sátira:

*Outros em cada teatro,
por ofício lhe ouvireis
que se matarán con tres,*

*y lo mismo harán con quatro.
Prezam-se de dar respostas
com palavras bem compostas;
mas, se lhe meteis a mão,
na paz mostram coração,
na guerra mostram as costas;
porque "aqui torce a porca o rabo".*

*Outros vejo por aqui,
a que se acha mal o fundo,
que andam emendando o mundo
e não se emendam a si.*

*Achareis rafeiro velho
que se quer vender por galgo.*

*Ó vós que sois secretários
das consciências reais,
que entre os homens estais
por senhores ordinários:
porque não pondeis um freio
ao roubar, que vai sem meio,
debaixo de bom governo?
Pois um pedaço de inferno
por pouco dinheiro alheio
se vende "a mouro e judeu".*

A voz de Sá de Miranda, portanto, não estava só. Pode, até, afirmar-se que a consciência crítica era tão antiga quanto a expansão. O próprio Zurara a menciona:

Outras vezes muyto contrairas daquestas que ataaqui aqui razoey soaram nas minhas orelhas... (44)

Já Buchanan havia previsto, de algum modo, esta situação. Um epigrama, de feição algo sarcástica, a D. João III, o *Polyonymum*, ou "de muitos nomes", afirma que "o famoso rei.... se o furor da guerra ou o mar tempestuoso lhe fecharem a loja da pimenta, comerá a sua fama comprada a juros, pedirá emprestado ou passará fome":

(44) Op. cit. p.23.

*Sed rex....
 si belli furor aut mare aestuosum
 occludat piperariam tabernam,
 famam foenore pransitabit emptam,
 uersuram faciet uel esuribit.* (45)

Em latim, Diogo de Teive, no relato do cerco de Diu, igualmente menciona com realismo o comportamento de alguns soldados e homens da administração que se entretinham a escravizar, humilhar, roubar, enfim, a dar do colonizador uma imagem bem pouco honrosa. Foram esses os motivos que os Guzarates invocaram para sitiarem a fortaleza.

Diogo de Teive não terá, é certo, a intenção de denegrir a presença portuguesa no Oriente. Bem pelo contrário, o motivo que o move à redacção do *Commentarius* é engrandecer o heroísmo dos que resistiram ao cerco. Mas o humanista não se coíbe, ainda que pela voz do inimigo, de retratar os abusos cometidos na Índia.

Por isso, os Portugueses são apelidados de *paucos piratas commercii simulatione irrepsisse* – "um pequeno bando piratas que tinham invadido a região disfarçados de comerciantes" – e acusados de *eos arcem capitibus ueterum incolarum imposuisse, unde uelut captiuis ac uinctis seruitutem minantur* – "de ter erguido uma fortaleza sobre a cabeça dos velhos habitantes, de onde, como se foram cativos ou vencidos, os ameaçavam com a escravidão" (46).

Tem, pois, razão Nair de Castro Soares quando rejeita a hipótese de a crónica do cerco de Diu ter sido escrita com o objectivo de "condenar a expansão ultramarina". Mas igualmente a possui Luís de Sousa Rebelo, ao afirmar que "a crítica a aspectos negativos do sistema não implica necessariamente a sua condenação global" (47).

De resto, é sabido que Teive escreveu a partir de relatórios, documentos oficiais e cartas que da Índia chegavam à coroa portuguesa, onde não faltavam descrições realistas sobre abusos de todo o género (48).

(45) Vd. A. C. RAMALHO, *Latim renascentista em Portugal*, cit., pp.180-181 (tradução aqui adoptada).

(46) DIOGO DE TEIVE, *Commentarius de rebus apud Diu gestis anno salutis nostrae MDXLVI*. Coimbra, 1548, p.2.

(47) Vd. L. S. REBELO, *A tradição clássica na literatura portuguesa*. Lisboa, Livros Horizonte, 1982, pp.259-275; idem, "Diogo de Teive, historien humaniste": *L'Humanisme portugais et l'Europe*, cit. pp.465-486; DIOGO DE TEIVE, *Tragédia do príncipe João* (N. N. C. SOARES, ed., Coimbra, Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos, 1977, pp.28-29).

(48) São exemplares as cartas de D. João de Castro, as quais não escondem muitos dos desmandos

Os poetas do *Cancioneiro Geral* já comentavam esta situação. Duarte da Gama dizia, aludindo à esperança de lucro que animava os nossos marinheiros:

*E quem vai de foz em fora
nam vai por sua nobreza,
mas por ir contra a proveza
e ancora
com amarras na riqueza.*⁽⁴⁹⁾

E Garcia de Resende acentuava:

*Todos tiram à barreira
de haver fazenda e dinheiro;
ser honrado e cavaleiro
nam ha ninguem que o queira.*⁽⁵⁰⁾

Regressemos, porém, ao cerco de Diu. O triunfo final dos Portugueses e a libertação foram seguidos de uma verdadeira – e desnecessária – carnificina entre os inimigos. Teve afiança ser essa a intenção de ambas as partes desde o princípio: *nam ab initio huius belli non de imperio aut gloria, sed de interitu alterius partis certatum erat* – "de facto, desde o começo desta contenda, não era pelo poder ou pela glória que se tinha batalhado, mas pela destruição da parte contrária". Por isso, o resultado foi o massacre dos vencidos: *Passim igitur saeuitum sine ullius sexus aut aetatis discrimine. In domibus latitantes protracti ac iugulati in publicum proiiciuntur* – "Por toda a parte, pois, se dava largas à fúria, sem distinção de sexo ou idade. Os que se escondiam em casa eram arrastados cá para fora e lançados à rua sem cabeça"⁽⁵¹⁾.

Damião de Góis acompanha, neste particular, Diogo de Teive. Apesar de os seus *De bello Cambaico ultimo commentarii tres* não aludirem a todos os excessos a que se fez referência acima, não deixa de encerrar a descrição com cruas palavras:

Iam promiscuae multitudinis uirorum mulierumque et puerorum interfectorum numerum immensum et miserandum fuisse constat, quibus rabies militum et suis antea malis et nunc sociorum mortibus irritata, nulla ratione parcere sustinuit. Quippe non solum non ab infantibus aut grauidis mulierum uteris, sed ne brutis quidem animantibus ferrum abstinuit militaris furor.

cometidos em Diu. Vd. E. SANCEAU, ed., *Cartas de D. João de Castro*, em especial pp. 36-46, 47-58, 213-313, 363-368.

(49) *Cancioneiro geral*. Texto estabelecido, prefaciado e anotado por Á. J. C. Pimpão e A. F. Dias. Coimbra, Centro de Estudos Românicos, Instituto de Alta Cultura, 1973, vol. II, p.23, col. 2, vv.16-20.

(50) *Ibidem*, p.13, col.2, vv.45-48.

(51) D. TEIVE, *op. cit.* p.90.

Consta que o número de mortos entre a multidão, homens, mulheres e crianças, sem qualquer distinção, foi imenso e horrível. Neles a raiva dos soldados, espicaçada pelos males antes padecidos e pela morte recente dos companheiros, não encontrou motivo algum para perdões. Mais ainda: não só em crianças e nos ventres de mulheres grávidas, como até nos animais, a fúria dos soldados enterrou as suas espadas.⁽⁵²⁾

No início do século XVII, Diogo Paiva de Andrade, na *Chauleida*, viria de novo a tecer sérias reprovações ao ambiente de podridão que tendia a alastrar em terras da Índia. O seu poema pretende ser – e é – uma epopeia nascida da vitória no cerco de Chaul em 1570; mas indicia um comportamento pouco honroso por parte dos que a alcançaram. Dominados pela ambição, foi ela – a *auri imperiosa fames* (1.325) – que deu origem à guerra; é certo que foi a Cobiça a instilar-lhes o desejo de saquearem traiçoeiramente a nau de um rei aliado; mas a menção é sugestiva. Como o é também um episódio ocorrido perto do fim e da vitória: a Discórdia encontrou nos portugueses alvos fáceis e voltou soldados contra nobres, a ponto de quase gerar um conflito, que lhes poderia ser fatal, por um motivo irrisório: os dois grupos disputavam a primazia das águas do rio para um banho reconfortante (10.435-468)⁽⁵³⁾.

De igual modo, Jorge Ferreira de Vasconcelos diz sem ambiguidades na comédia *Euphrosyne* :

Somos soldados que saqueamos o mundo que em fim cá nos há-de ficar; peor o leyxaremos do que nolo deiyxaram, perdido he quem traz perdido anda, e assi se consola quem suas meadas queyma e assi anda o demo as avessas e o carro ante os bois. ⁽⁵⁴⁾

Por isso, não renuncia nada de bom para o futuro:

... as delicias de Pérsia destroyram Roma com guerras civis, & assi o fazem agora a nós com cobiças, & tiranias & odios, de que hei medo que venhamos ao ferro.⁽⁵⁵⁾

À medida que se caminhava para o fim do século, as notícias vindas da Índia não abonavam grandemente o comportamento dos agentes da administração portuguesa. Apesar de se não tratar de texto literário, vale a pena referir o testemunho de

(52) D. GÓIS, *De bello Cambaico último commentarii tres*. Lovaina, 1549.

(53) *Chauleidos libri duodecim*. Publicado no *Corpus poetarum Lusitanorum qui latine scripserunt*, vol. I, pp.21-296. Cf. o estudo de R. MACHADO, *Ensaio sobre o poeta novi-latino Diogo de Paiva de Andrade*. Lisboa, Editora Académica de D. Filipa, 1941.

(54) Apud J. SUBIRATS, *Jorge Ferreira de Vasconcelos: visages de son oeuvre et de son temps*. Coimbra, Por Ordem da Universidade, 1982, p.363.

(55) *Ibidem*, p.364.

Francisco Rodrigues da Silveira que por aquelas paragens joradeou entre 1585 e 1598⁽⁵⁶⁾.

Nas suas memórias, o velho soldado dá conta dos tormentos que suportou até atingir as costas da Índia e das péssimas condições que ali encontrava quem acabava de chegar⁽⁵⁷⁾; narra a deserção de muitos, cansados da *desenfreada cubiça e avareza de um infernal viso-rei* ⁽⁵⁸⁾; retrata a desordem, disciplina e caos que grassavam nas nossas fileiras, mesmo em combate, a ponto de chamar ao exército *um tumulto popular.... pois cada um remette quando e até onde quer, e se retira ou foge quando lhe dá na vontade* ⁽⁵⁹⁾; descreve o comportamento pouco digno dos vice-reis, dos capitães e oficiais da fazenda, dos fidalgos, frades e letrados⁽⁶⁰⁾; evoca os cercos de Goa e Chaul, provocados pela *cobiça e insolência de nossos capitães*, bem como os acontecimentos do Morro, *em que a Índia esteve jogada aos dados* ⁽⁶¹⁾; e lembra que *dentro em Goa se cortam braços e pernas e se lançam narizes e queixadas em baixo cada dia e hora, e não há justiça que sobre o caso faça alguma diligencia* ⁽⁶²⁾.

Outros autores, a despeito do tom encomiástico que caracteriza as suas obras, deixam perceber, ainda que veladamente, críticas semelhantes; é o caso de D. Jerónimo Osório, no *De rebus Emmanuelis gestis*, do padre João de Lucena na *História do padre Francisco Xavier*, e mesmo de João de Barros⁽⁶³⁾.

O juízo de valor, por vezes excessivamente rigoroso, de alguns historiadores em relação à nossa expansão, não raro terá sido condicionado por afirmações deste tipo⁽⁶⁴⁾.

(56) Parte considerável do texto de Rodrigues da Silveira foi publicado no século XIX: *Memórias de um soldado da Índia, compiladas de um manuscrito portuguez do Museu Britannico*, por A. de S. S. Costa Lobo. Lisboa, Imprensa Nacional, 1877. O texto foi reeditado em facsimile, com o mesmo título, pela Imprensa Nacional - Casa da Moeda, em 1987, edição aqui utilizada.

(57) Pp.16-17.

(58) P.20.

(59) P.40.

(60) Respectivamente pp.140-153, 154-177 e 191-198.

(61) P.163.

(62) P. 195.

(63) Vd. H. CIDADE, pp. 51-53 e 102-106 (D. Jerónimo Osório e João de Lucena), 99-100 e 250 (João de Barros) e ainda o capítulo VI dos vol. I, "As sombras do quadro (pp. 235-170).

(64) C. R. BOXER é um exemplo dessa severidade. A título de exemplo, pois muitos trabalhos seus poderiam ser aqui mencionados, refira-se *The portuguese seaborne empire, 1415-1825*, em especial pp.296-339.

Por fim, lembremos Diogo do Couto, o mesmo que dera continuidade à crónica dos Descobrimentos, ao prosseguir as *Décadas* iniciadas por João de Barros. Ele próprio traça um quadro bem negativo da presença portuguesa em terras da Índia. No diálogo *Soldado prático*, o principal interlocutor, o soldado, não se cansa de apregoar os erros cometidos pelos Portugueses; e, facto curioso, na maioria dos casos o fidalgo não o contesta⁽⁶⁵⁾.

É um quadro repleto de sombras e, mesmo, uma visão apocalíptica do império. Aqueles que maior dever tinham de preservar a imagem de Portugal no Oriente parecem empenhados em denegri-la. Por isso, Luís Sousa Rebelo apontou pertinentes relações entre esta exposição e o pensamento erasmiano⁽⁶⁶⁾.

Citemos o exemplo dos vice-reis, ávidos de riqueza à custa da fazenda real:

Dai-me um visó-rei que deixa perder polo serviço do seu rei um cruzado de sua fazenda pera lhe acrescentar outro: isto é cousa que se não costuma; antes acrescentar em sua fazenda com muita perda do rei, e Deus sabe por que meios, isso si. (p. 37)

Não deixa sem prova as afirmações; refere que de heranças, de multas e situações semelhantes a coroa nunca vê a parte que por lei lhe cabe, pois os administradores da justiça devoram tudo.

A justiça é tendenciosa e arbitrária:

... o gentio que pelejou com outro e lhe disse uma ruindade é logo metido em ferros, e o compadre e o rico, que quebraram os bofes a esse gentio e lhe tomaram a sua fazenda por força, e o tiveram preso em casa, é cousa leve, pode-o fazer, que tem licença pera tudo. (p. 61)

Dir-se-ia que a distância e o afastamento da pátria diluem no esquecimento o rei e os seus interesses e poder:

Perdoe-me Sua Mercê: assi como os poetas contam que os que passam aquele rio Lete perdem a memória de tudo, assi os mais dos visó-reis, em passando o Cabo da Boa Esperança a perdem de tudo, e não sei se diga que o temor a Deus e ao Rei. (p. 69)

São os resultados da riqueza desusada:

E desengano-vos que não fio de nenhum visó-rei, como chega àquele estado, nada; porque inda que vá deste reino puro, lá o danam e transtormam. E este negócio de ver pérolas e as peças ricas do Oriente é mui perigoso. (pp.127-128)

(65) DIOGO DO COUTO, *O soldado prático*. Lisboa, Livraria Sá da Costa, Editora, 1980. Todas as citações se reportam a esta edição.

(66) L. S. REBELO, *A tradição clássica na literatura portuguesa*, pp.224-230.

Atribui, mesmo, a um rei de Cochim a afirmação de que de Portugal deixaram de vir, como antes vinham, *verdade, espadas largas e portuguesas de ouro* (p.131). E, para corroborar a tese, o soldado garante que *da falta destas cousas naceram todos os males da Índia* (p.131). A transição do período áureo para o tempo da corrupção parece estabelecê-la nos anos que se sucederam à governação de D. Constantino. Antes disso, só esses homens eram *merecedores de trazer barbas no rosto* (p.132). Mas a verdade é que *enquanto os capitães e soldados tinham barbas largas, tinham vergonha, que não sei se hoje se achará* (p.132). E faz assim a comparação entre o tempo de D. Manuel e o final do século:

Por certo que desejo de ver ressuscitado aquele bom rei D. Manuel, e com ele um daqueles soldados veteranos com que a Índia se conquistou, com uma barba pelos peitos, um pelote pelo joelho, uns musgos cortados, uma crangeia ao peito, posta em um murrão, uma chuça ferrugenta nas mãos ou uma besta às costas, e a par dele um dos soldados deste tempo, com uma capa bandada de veludo, coura e calções do mesmo, meias de arretrós, chapéu com fita de ouro, espada e adaga dourada, barba rapada ou muito tosada, topete muito alto: parece-me que tomaria aquele rei logo a morrer de nojo. (p. 132)

Diogo de Couto, como adiante veremos, não censura as viagens ao Oriente. O mal não está no empreendimento em si mesmo, mas naqueles que não têm honradez bastante para o executar com respeito pelos desígnios que lhe subjazem. De facto,

... o pior que lá há, fomos nós, que fomos danar terra tão maravilhosa com nossas mentiras, falsidades, bulras, trapaças, cobiças, injustiças e outros vícios que calo. (p. 215)

É que a empresa em si mesma era proveitosa. Dela resultaram grandes proventos para o reino e não só. Dela vieram *as riquezas que vossas mulheres e filhas, e que as rainhas da Europa trazem em seus colares, cintos, braceletes, pendentes, anéis, botoaduras, guarnições e em todas as mais partes que não têm estimação* (p. 209). E também minas de ouro e infindas quantidades de marfim. Não foi por acaso que isso sucedeu. De facto, diz, *este descobrimento foi mais por ordem divina que não por indústria humana* (p.214). E prossegue:

Que entendimento era capaz de alcançar que dos últimos fins do Ponente se podia ir a descobrir o princípio do nascimento do Sol, sem haver notícia do caminho, nem a que parte haviam de navegar, sem estrolábio, carta de marear, nem outros instrumentos náuticos, que depois se usaram? Não está por isto logo bem entendido que Deus foi o piloto, e que ele guiou o valeroso D. Vasco da Gama por um caminho, que com hoje estar tão sabido e continuado causa tamanho terror e espanto? Com muita razão podemos dizer neste negócio que nos tirou Deus do Egipto e que nos trouxe à terra da promessa (p. 214).

Assim, em jeito de subtil contestação a quem defende ter sido um erro estratégico a conquista da Índia, remata:

Ora dou-vos que deixásseis de conquistar a Índia e que vos metésseis por essa África dentro. Se vos sucedera mal, e não viesse aquela conquista a efeito, que seria de tantos infinitos homens, como têm passado a este estado? Por certo que nos comeríamos cá a uns e a outros. E quando, por derradeiro remédio, quisésseis descobrir a Índia, quem vos disse que daria Deus a outro o que tinha guardado para Vasco da Gama? (p. 215)

O continuador das *Décadas da Ásia*, portanto, ao mesmo tempo crítico severo e desabrido dos males da expansão, tem o cuidado de ressaltar que, em tão larga seara, a semente fora de trigo e o joio nasceu por interposto semeador.

Outros procedem de modo semelhante.

Gil Vicente retrata com primor a sociedade do seu tempo. Uma sociedade atraída a Lisboa pela sede de riqueza, desperta subitamente para um luxo inusitado, fascinada pelo desconhecido e pela viagem, pressurosa em enriquecer, em granjear honras (confundidas com dinheiro), seduzida pelo poder, o fausto, a pompa, o superficial, o aparato.

É inegável a presença, nos textos vicentinos, dessa Lisboa nova que assistia diariamente à partida e chegada das caravelas; o retrato contém a crítica subtil aos males nascidos da experiência recente: veja-se o *Auto da Índia*, comédia da infidelidade conjugal proporcionada pela ausência de um marido ao serviço do rei nas partes da Índia.

E Inês Pereira, ao regozijar com a morte do marido no Oriente, porque a liberta das amarras de homem autoritário.

Mas Gil Vicente não nega que a expansão deu a Portugal novo alento e lugar de respeito entre todos os estados da Europa. No *Templo de Apolo* diz com desassombro que *Deus é português*, e no *Auto da Fama* coloca na boca da Fé palavras que fazem dos nossos soldados heróis da Cristandade:

*Vós, portuguesa Fama, não tenhais ciúmes,
que estais colocada na flor dos Cristãos.
Vossas façanhas estão colocadas
diante de Cristo, Senhor das alturas:
vossas conquistas, grandes aventuras,
são cavalarias mui bem empregadas.*

É uma posição que podemos caracterizar pelo equilíbrio e bom senso a mesma que verificávamos nas aparentes contradições camonianas, na falsa incoerência de Diogo do Couto, no realismo descritivo de Damião de Góis e Diogo de Teive.

Mas não é só quando criticam o ambiente social reinante nas partes do Oriente que os poetas e outros homens de letras se revelam refractários ao espírito da epopeia. Até mesmo o cronista, por vezes, se deixa levar pela fantasia, para dar uma imagem que contrasta com a maior parte dos quadros sumptuosos da expansão. O próprio Damião de Góis, menos historiador do que muitos afirmam, como muito bem salientou Borges de Macedo, é, não raro, atraído pelo pitoresco. Em dado momento, ao descrever o embarque da embaixada faustosa que D. Manuel enviou a Roma, onde seguia um elefante, conta ter sido muito difícil embarcar o animal, pois parecia não estar disposto a fazer a viagem. Só aliciado com promessas de melhor trato o elefante aceitou entrar no navio. As palavras, pouco próprias de um historiador, têm o sabor da fantasia a que Góis parecia não ser capaz de resistir:

Porque eu fui presente quando na cidade de Lisboa, no caes da pedra, embarcaram o elefante que El-Rei mandou ao Papa Leão décimo como atrás fica dito, o qual se não quiz meter na barca para o levarem à nau, até que El-Rei mandou por duas vezes recado ao Índio que o regia que da sua parte lhe dissesse que se embarcasse, porque ele lhe prometia por sua fé real que o mandava a outro mor senhor que ele, de quem havia de ser melhor tratado e que se isto não fosse assim lhe prometia de o mandar trazer ao mesmo lugar de onde partia, do que satisfeito deu dous urros como por testemunho da promessa del-Rei e com lhe correrem as lágrimas pelos olhos se embarcou.⁽⁶⁷⁾

Idêntica atitude, embora com menor dose de pitoresco, tomam, em latim, Lourenço de Cáceres e Diogo Pires. O primeiro quando celebra em dois breves epigramas o rinoceronte enviado pelo rei do Camboja a D. Manuel I e por este ao papa Leão X (que o não recebeu porque o animal não resistiu a um naufrágio ocorrido durante a viagem)⁽⁶⁸⁾. O segundo, ao evocar a faustosa embaixada ao mesmo pontífice, chefiada por Tristão da Cunha, na qual seguia um elefante que causou a estupefacção em Roma⁽⁶⁹⁾.

E se este género de textos em nada choca com a feição épica e de exaltação nacional que parece predominar, o mesmo não pode dizer-se dos poemas marcados pelas lágrimas e pelo queixume, relacionados, directa ou indirectamente, com os Descobrimentos.

É o caso de alguns episódios da história trágico-marítima evocados pelo Adamastor no canto V de *Os Lusíadas*.

(67) *Crónica do felicíssimo rei D. Manuel*, 4.

(68) Vd. A. C. RAMALHO, "Um famoso rinoceronte": *Boletim de estudos clássicos* 6 (Dezembro, 1986) 75-78.

(69) *Cato Minor*, Veneza, 1596, p.54.

E também de vários poemas latinos, a maior parte dos quais ainda inédita, compostos nas escolas jesuítas, nos quais se celebra a partida dos padres da Companhia em viagem de missão.

Alguns desses versos mantêm, embora ténue, uma centelha do sopro épico. Por exemplo, a ode composta na despedida de S. Francisco Xavier, onde se enaltece o desprendimento do santo e missionário e a sua entrega à causa da evangelização:

*AD P. FRANCISCVM XAVIERIVM
AD INDOS PROFICISCENTEM
Xaverianae maxima gloria,
Francisce, stirpis, qua properas uia?
Cursu citato sic remotas
incipies adiisse terras?

Negotiator ceu cupidus, maris
uasti per undas uela furentibus
exponis Eurorum flabellis,
chrysolithos retulisse gemmas

aut comparandi te sitis improba
impellit auri, marmoris ut uada,
non absque praesenti periculo,
traicias trepidante nauí?

Sed erro: zelus non satiabilis,
Francisce, pectus sollicitat tuum,
mortalium mentes lucrandi
Christo tuo roseas cruore!

Hic fluctuosum Nereidum patris
ridere bellum te facit et truces
Scyllae procellosae latratus
et furias Borealis aurae.

O perge, ducit numinis optima
qui te uoluntas, qui sitis ignea
impellit Europa relictá
Iaponium petiisse regnum.*

Ó suprema glória dos Xavieres,
Francisco, por que via te encaminhas?

Em passo apressado, assim começa
a demandar terras longínquas?
É como negociante ambicioso
de açambarcar pedras de crisólito
que entregas as velas, ao longo do mar imenso,
às arremetidas furiosas dos euros
ou impele-te uma sede desmedida
de amontoar ouro, a ponto de atravessares os abismos de mármore,
não sem a presença do perigo,
em trepidante nau?
Mas sei que estou errado; o zelo insaciável,
ó Francisco, que te agita o coração,
é o de ganhar as almas dos mortais
para Cristo, tingidas com o teu sangue!
Aqui fazem-te rir a guerra tempestuosa
do pai das Nereides e os ferozes latidos
da Cila tormentosa,
e as fúrias do vento Bóreas.
Avante! É o querer portentoso de um Deus
quem te conduz, é uma sede ardente
quem te impele, depois de deixar a Europa,
a buscar o reino dos Japões.⁽⁷⁰⁾

Mas este não é já o rosto da maioria; a entrega à causa da evangelização, o espírito missionário, não consegue apagar algumas lágrimas teimosas. Um outro poema, por exemplo, revela a saudade de quem fica e vê os amigos de longo convívio a sulcar, por amor a Cristo, as ondas de um mar desconhecido.

*Ite per Oceanum, feliciter ite secundo
flumine, pectoribus nomina cara meis!
Ite, mihi quondam carum genus, ite, sodales,
per freta dimidium pectoris, ite, mei.
Oceanus placidum subternet euntibus aequor,
subiciat celeri terga premenda rati.
Ipse profecuros lacrimis adfabor abortis;
plus grauidae dicent quam mea lingua genae.
Scribimus et chartae fletu rorante madescunt,*

(70) Bib. Nac. Lisboa, cod. 3180, fl.4.

deformat pietas lubrica gutta notas.
Nostra cothurnato insunt minus apta poetae
carmina; turbat atrox pectora nostra dolor.
Viximus hic pariter, diuellimur; aspera sors est,
esset at asperior, ni bona causa foret.
Ibitis: aequoreas sine me sulcabitis undas;
quosque ego non possum corpore, mente sequor.
Fit patria exsilium sociis abeuntibus; olli
dumque aberunt a me quam procul, exsul ero.
Semper ero sine me dum pars mea magna recedit
quaeque manet tantum pars dolitura manet.
Ibitis. Haerebunt infixi in pectore uultus
et memor absentum mens mea semper erit.
Sacra fatigabo prece numina: coepta secudent,
ut pia dent faciles per uada cana uias,
nauigia ut portas teneant rostrata, rubescit
☉ Aurora in roseis unde decora rotis,
qua Goa Lysiadum regali sede superbit,
regia Haemoniis imperiosa plagis.
Inuidet imperiis non mens mea capta superbis,
inuidet at sorti gens abitura tuae.
Ibitis. Et segni dum nos remanemus in umbra,
aetherea diuum mira geretis ope.
O uinam possem celeres conscendere puppes
et dare nubiferis uela ferenda notis!

Ide ao longo do oceano, em venturosa viagem, ide
 com correntes propícias, amigos tão caros a meu coração!
 Ide, gente que um dia me foi cara, ide por esses mares, companheiros,
 metade de meu coração, ide!
 O oceano há-de submeter o mar sereno àqueles que partem,
 consentirá que os seus ombros sejam calcados pela passagem da nau
 ligeira.
 Eu próprio entre lágrimas me hei-de dirigir aos que vão partir;
 e mais pejudas de eloquência não-de ser minhas faces que minha
 língua.
 Escrevo e o papel fica banhado da torrente do pranto;
 a piedade altera, com as gotas que vão tombando, as letras.
 A poeta de valor ficam menos bem os meus versos;
 uma dor atroz perturba-me o coração.

Aqui vivemos lado a lado; somos separados; amarga é a sorte,
 mas mais amarga seria, se não fosse boa a causa.
 Ides partir. Sem mim, ireis sulcar as ondas do mar;
 e aqueles que não posso seguir em corpo, sigo-os em espírito.
 Nasce o exílio para os companheiros que partem da pátria;
 e enquanto estiverem tão longe de mim, eu serei um exilado.
 E sê-lo-ei sempre, enquanto parte importante de mim próprio se ausentar
 sem mim,
 e a parte que fica ficar apenas para sofrer.
 Ides partir. Em meu coração ficarão gravados vossos rostos
 e a minha alma há-de sempre guardar a lembrança dos ausentes.
 Hei-de perseguir com minhas orações os santos deuses: que favoreçam a
 obra iniciada,
 que, em sua bondade, tornem fácil a viagem ao longo das brancas
 ondas,
 que as naus adornadas de glória alcancem as portas onde a bela Aurora
 surge vestida de púrpura em seu carro rosado,
 onde Goa se orgulha da morada régia dos Lusíadas,
 poderoso palácio em praias hemónias.
 Não tem inveja a minha alma, cativa do esplendor do poder;
 mas tem inveja da tua sorte, ó gente pronta para a largada!
 Ides partir. E, enquanto nós permanecemos na sombra preguiçosa,
 por obra admirável dos deuses alcançais vós o Alto.
 Oh, pudera eu subir a bordo das naus velozes
 e soltar as velas ao sopro dos ventos que arrastam as nuvens!⁽⁷¹⁾

De teor idêntico, com marcas acentuadas de tristeza, é um poema que figura – paradoxalmente – na *Tuba heroica*, colectânea inédita atribuída ao padre Jerónimo Nunes⁽⁷²⁾. Aí se chora a partida do padre Sebastião da Maia para a Índia, ocorrida em 1664, em elegia de título bem sugestivo: *Pro sapientissimi patris Sebastiani da Maya in Indiam discessu lacrimae lusitanae*.

Dir-se-á que são as marcas de fim de século, de um tempo em que a austeridade clássica que dominara o Humanismo e Renascimento cede lugar às emoções exacerbadas próprias do maneirismo. Mas são também os sintomas de uma arte que acompanha, triste e taciturna, o ruir do império. Espontâneo ou artificial, este pranto manifesta o emudecer lento da tuba sonora de outros tempos.

(71) Bib. Nac. Lisboa, cod. 3197. Esta colectânea tem vários outros poemas do mesmo tipo.

(72) Biblioteca Nacional de Lisboa, cod. 8602, fl.52.

A partir do final da sétima década, o júbilo – e também a crítica – podem com justiça ceder lugar à tristeza. A morte de D. Sebastião em Alcácer-Quibir põe fim a dois séculos de proezas e glórias. O canto épico tenderá a cessar.

No país, os poetas pareciam ter-se reduzido a um silêncio voluntário, não sabemos se submisso. Na impossibilidade de cantar uma glória que já o não era, temerosos, talvez, da repressão se entoassem a tristeza que os invade, calavam-se.

Longe, porém, fora do alcance dos esbirros dos Filipes, alguém chorava sem receio o luto nacional. Pouco conhecido, judeu confesso, fugido à Inquisição, Diogo Pires conhecia mais de seis décadas de vida e quatro de exílio quando lhe chegam novas do desastre de Alcácer.

As notícias eram difusas, distorcidas pelo tempo, pelo afastamento, pela distância. O que o não impede de celebrar entre lágrimas a morte do rei aventureiro que tudo deitara a perder no Norte de África. Um triste epílogo para um passado de ventura:

*Felix – heu! – nimium felix, ni scepra Sebastus
exciperet. Nocuit postumus ille puer.*

[.....]

*Spes et delictum gentis crescebat; at omnes
spes hominum fragiles delictaque breues.*

*Qualis Iunonis flos candidus aut rosa summo
mane orta in tenebras languet eunte die.*

Heu, miserande puer! Quis te furor urget in hostem?

Quas uocat in pugnas hybrida Siriphius?

*Cur ingrata tibi patria est? Et Olysippo quare
cedit Atlanteis regia Marrochiis?*

[.....]

*Vana loquor, uolucresque ferunt mea uerba procellae;
instat enim fati uis et in arma trahit.*

*Ecce – nefas! – inter confusae stragis acervos
an iaceas dubium est, et tamen ipse iaces.*

*Hi nostri reditus, hae spes, ea publica uota,
hic exspectatus Marte triumphus erat.*

Ite per caedes et fusa cadauera, ciues,

ite per et campos et loca plena metus!

*Qua Tigien tot scuta uirum, tot tela, tot enses,
 tot galeas et tot corpora uoluit aquis,
 si quis et arma tenens ipsaque in morte minaces
 uertit adhuc oculos, ille Sebastus erit.
 Ille erit; illius perfusum corpus ab unda,
 si qua modo tellus quantulacumque tegat.*

[.....]

*Quin etiam, ut longum cladem testetur in aeuum,
 talis in aggesto caespite uersus eat:
 "Rex Lusitanus iacet hic; Mars impius auctor
 funeris. Haud parcitur fortibus ille uiris.
 Et cum rege iacet libertas pristina et omnis
 gloria fidalguae gentis et omne decus."*

Afortunado, oh, muito afortunado, se Sebastião não herdasse o ceptro!
 Foi uma desgraça esse póstumo rapaz.

[.....]

Qual esperança e delícia do povo ele crescia; mas todas
 as esperanças dos homens são frágeis e todas as delícias breues.
 Assim a flor cândida de Juno ou rosa nascida no alvor da madrugada,
 murcha ao crepúsculo quando o dia se esvai.
 Ah, triste rapaz! Que furor te lança contra o inimigo?
 A que batalhas te chama o mestiço xerife?
 Porque te é ingrata a pátria? E Lisboa,
 porque cede na realeza ao Marrocos de Atlas?

[.....]

É vão o que digo e velozes procelas levam as minhas palavras;
 pesa sobre ele a força do fado e às armas o arrasta.
 Eis, oh, sacrilégio!, que entre montões de uma chacina confusa,
 se tu jazes, não se sabe; mas a verdade é que jazes.
 Esta era a recompensa, esta a esperança, estes os públicos votos,
 este o triunfo que de Marte nós esperávamos.
 Ide por entre a mortandade e os cadáveres dispersos, ó cidadãos,
 ide pelos campos e lugares repletos de terror.
 Por onde tantos escudos de guerreiros, tantas lanças, tantas espadas,
 tantos capacetes e tantos corpos o Tígien os revolve nas suas águas,
 se alguém, de armas na mão, até na própria morte
 volve ainda os olhos ameaçadores, esse será Sebastião.

Será ele: o corpo banhado de água,
 se é que ao menos um pouco de terra o cobre.
 [...]
 Mais ainda: para testemunhar a grandeza da derrota para a eternidade,
 que no túmulo de relva corram estes versos:
 "Um rei lusitano aqui jaz. Foi Marte ímpio o autor
 de um tal crime; ele não perdoa a varões corajosos;
 e com o rei jaz a liberdade de outrora
 e toda a glória de uma nobre raça e toda a sua honra".⁽⁷³⁾

São palavras de um poeta cansado de viver a distância, que sofria com a sua pátria, antes gloriosa e agora abatida pela lei voraz dos excessos que ofuscam os homens.

Pode, pois, concluir-se que a corrente literária dominante, se é que nela é legítimo descortinar um pensamento coerente, não se coíbia de criticar a expansão, mais, porém, nas consequências que nos fundamentos. A literatura parecia interrogar-se sobre os factos e os homens que eram seus obreiros e não tanto sobre os princípios estratégicos que a uns e outros estariam subjacentes.

Não será, pois, lícito deduzir que a literatura contemporânea dos Descobrimentos lhes era adversa. Nem em português nem em latim. O espírito pacifista que tantas vezes anima os escritos erasmianos, bem patente no princípio *dulce bellum inexpertis*, não teve acolhimento entre os humanistas portugueses, pelo menos no tocante às guerras que os seus reis travaram pela expansão do império, mas também da fé. Neste particular, o objectivo cruzadístico justificava o ardor bélico. Logo, a censura, quando existia, limitava-se a situações concretas; os princípios básicos, a questão geral, permaneceram incólumes ao olhar crítico do humanismo renascentista.

A contestação, mesmo de pormenor, não é unânime. Camões e Diogo do Couto (para não falar em Rodrigues da Silveira, que não era homem de letras), são frontais e acutilantes no retrato dos desmandos e abusos perpetrados pelos seus compatriotas. De facto, foram testemunhas presenciais desses excessos e, também, em certa medida, vítimas. Podem, por isso, falar com mais desassombro; dir-se-ia que o espírito experimentalista do Renascimento lhes dá autoridade. Os outros, no entanto, são mais comedidos: Diogo de Teive, Diogo Paiva de Andrade e, tenuemente embora, Damião de Góis, parecem precaver-se contra um excesso de confiança nos relatos que

(73) *Eleg.* 2.8.37-38, 41-48, 53-66, 77-82.

lhes chegavam. Quanto à frontalidade de Gil Vicente e Sá de Miranda, assenta em motivos distintos e tem objectivos diversos: a sociedade que criticam é aquela que tinham diante dos olhos, ofuscada pelas riquezas que vinham chegando.

Por outro lado, as dúvidas e incertezas que marcam o fim do século, quando o futuro se desenha sombrio e a arte tende para a introspecção e encontra no desconcerto motivos para exacerbar emoções, levam a que a literatura relacionada com a expansão deixe, também ela, cair algumas lágrimas, antes insuspeitadas. São sinais dos tempos, é verdade, mas igualmente reflexo da angústia e da decepção.

A literatura, de facto, é assim mesmo; e o erro de quem unilateralmente pretende ver desfeito este equilíbrio de valores radica, antes de mais, na incapacidade manifesta de fazer essa outra viagem, difícil mas necessária, através do tempo, o recuo imprescindível para compreender a literatura do século XVI, primeiro que tudo, no tempo que era seu, sem se deixar iludir pela neblina que nela lhe introduzem as contradições desse outro tempo que é o nosso.

No nosso tempo, volvidos quatro séculos, a poesia continua a debater-se, hesitante, entre a glorificação e o desalento.

Dois exemplos distintos, de entre muitos possíveis. Manuel Alegre faz-se eco da expansão em todo o livro a que chamou *Nova do achamento*, glosa da *Carta de Pero Vaz de Caminha* sobre a descoberta do Brasil; e no *Canto e as armas* enaltece a figura de Luís de Camões, autor da grande epopeia dos descobrimentos, em dois versos, tão breves quanto ricos:

*Ficou uma flauta que cantava.
E era uma pátria.*

Mas, em *Chegar aqui*, deixa pairar uma vez mais a incerteza em quatro versos enigmáticos que têm por título o nome do país, «Portugal»; mais que o retrato da pátria, podem ser o retrato da poesia que ao longo dos séculos nela se foi construindo e a foi construindo:

*O teu destino é não haver chegada
o teu destino é outra Índia e outro mar
e a nova nau lusíada apontada
a um país que só há no verbo achar.*

Enigmático? Pessimista? Dificilmente saberemos responder. Nem o saberá o próprio poeta, distanciado já do seu poema.

Finalmente, *Mensagem*, de Fernando Pessoa, é outro rosto da nossa epopeia. D. Sebastião é louco, porque quis a grandeza / qual a sorte não dá ; homem de passado, não foi capaz (ou não quis) construir o presente: *onde o areal está / ficou meu ser que houve, não o que há.*

O canto de glória mantém a vitalidade em determinados momentos; o padrão deixado por Diogo Cão merece nos versos pessoanos uma legenda de sabor épico:

*E ao imenso e possível oceano
ensinam estas Quinas, que aqui vês,
que o mar com fim será grego ou romano:
o mar sem fim é português.*

Mas nem Fernando Pessoa é inequívoco nesta sua apreciação das páginas gloriosas da história pátria, sempre inconclusa.

O retrato do Infante, iniciado com palavras que quase se tornaram proverbiais – *Deus quer, o homem sonha, a obra nasce* –, termina com uma verdade onde pode ler-se alguma amargura: *cumpriu-se o mar, e o império se desfez. Senhor; falta cumprir-se Portugal!*

Por isso, o *mar português* encerra em si o pranto pelo esforço dispendido e uma semente de esperança. *Ó mar salgado, quanto do teu sal / são lágrimas de Portugal.* Ao alto preço que foi forçoso pagar, o poeta contrapõe: *Tudo vale a pena / se a alma não é pequena.*

Mas a *última nau*, logo a seguir, traz as marcas de uma viagem de resultado incerto. O poeta adensa em mistério o seu pensamento encoberto.

*Foi-se a última nau, ao sol aziago
erma, e entre choros de ânsia e de pressago
mistério.
Não voltou mais. A que ilha indescoberta
aportou? Voltará da sorte incerta
que teve?*

A resposta, se resposta há, deixa-a envolta na névoa, de onde um dia poderá surgir o pendão de um império sonhado. A névoa, o sonho, o mistério: espaços difusos que os mapas não registam, onde a poesia parece querer guardar as suas conclusões.

No fundo, que pensa, pensou, pensará dos Descobrimentos a literatura? A quem procurasse a tranquilidade de uma resposta inequívoca perdoar-me-ão se deixo a dúvida e a incerteza. Para tanto está fadado o fenómeno literário.

Regressemos ao ponto de onde partimos.

Na sua solidão, suspensa no brilho aveludado de uma parede do Louvre, Gioconda, a Mona Lisa, permanece insensível ao tempo, às luzes; e em vão o olhar atento de quem passa tentará decifrar-lhe o sorriso que se esconde por detrás de um olhar misterioso.

Assim o quis Leonardo da Vinci, mestre e profeta da arte.